

ACÇÕES TERRORISTAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO^{1*}

TERRORIST ACTIONS AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE UNDER INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW

Graciano Pedro Pessuro^{**}

RESUMO

No mês de outubro de 2022, Moçambique completou cinco anos vivendo na incerteza devido às violações de direitos humanos na zona norte de Cabo Delgado. Perante a dificuldade de derrotar um inimigo “invisível”, criou-se um estado militar, ou seja, violou-se uma série de normas internacionais, reprimiram-se civis – empresários islâmicos, populações rurais em áreas atacadas e jornalistas. Isso constitui a razão do estudo do tema: *Direitos humanos em Moçambique*: reflexão sobre a crise humanitária e sua incerteza em Cabo Delgado. Objetiva-se refletir sobre as violações dos direitos humanos. Para isso baseou-se no método indutivo pela abordagem qualitativa com o enfoque descritivo. Avança-se a hipótese de que se os políticos optarem por diálogo franco e não pela força armada, pode ser solucionado o conflito. Os resultados apontam que, dada a fragilidade do país, o fenómeno da insurgência armada no norte de Cabo Delgado que tem carácter regional, em 2013, altura em que eclodiram movimentos insurgentes inspirados no extremismo e no fundamentalismo islâmico, tende a aumentar.

PALAVRAS-CHAVES: direitos humanos; crise humanitária; Moçambique.

ABSTRACT

In the next month of October 2022, Mozambique will complete 5 years living in uncertainty due to human rights violations in the northern area of Cabo Delgado, faced with the difficulty of defeating an "invisible" enemy, a military state was created, that is, it violated a series of international norms, repressed civilians (Islamic businessmen, rural populations in attacked areas and journalists) is the reason for the study of the theme: Human Rights in Mozambique: Reflection on the Humanitarian Crisis and its uncertainty in Cabo Delgado. It aims to reflect on human rights violations. For this, it was based on the inductive method through the qualitative approach with the descriptive approach. The hypothesis is advanced that if the politicians opt for frank dialogue and not for the armed forces, the conflict can be resolved. 2013, when insurgent movements inspired by extremism and Islamic fundamentalism broke out.

KEY WORDS: human rights; humanitarian crisis; Mozambique.

* Artigo recebido em 06/06/2023 e aprovado para publicação em 28/06/2023.

** Doutor em Humanidade pela PUCPR em parceria com a Universidade Católica de Moçambique (UCM). Mestre em Gestão e Administração Educacional e Licenciado em ensino de Física (UCM). E-mail: gpessuro@ucm.ac.mz.

INTRODUÇÃO

O terrorismo hoje é um fenômeno altamente dinâmico, semelhante ao arquétipo do tubarão na água: como os tubarões precisam estar em constante movimento para sobreviver, os grupos terroristas, por definição, também devem estar constantemente atacando (GREENBERG, 2007). Incitado por uma variedade de razões, nomeadamente “ódio ancestral”, rancores históricos, fundamentalismo religioso, desejo de separação, por exemplo, Katanga, RDC, Biafra (Nigéria) e Aceh (Indonésia), controle de recursos, querelas étnicas, “feudalização segura” e outras adversidades, o terrorismo se espalhou por todos os cantos do mundo com maior intensidade.

De fato, a fragilidade da globalização e do sistema de segurança internacional é tamanha que nenhum país está imune à ameaça de ataques terroristas (ELBARADEI, 2011). Entre os países, Moçambique não é exceção, pelo que, em abril de 2020, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS) assumiu a presença de grupos terroristas em Cabo Delgado, representando uma grave ameaça à soberania e aos planos nacionais de desenvolvimento, com destaque para o gás no projeto de exploração da Bacia do Rovuma.

Sendo esse um fenômeno complexo e dinâmico com implicações em vários países, a eliminação do terrorismo em Moçambique não significa uma solução simples. Antes de qualquer passo, sua estratégia deve ser devidamente avaliada para encontrar variáveis de respostas suficientes, no tempo e no espaço, para que caia o manto do terrorismo e a nudez da verdade emergja aos olhos. Diante disso, é necessário realizar um estudo estratégico do terrorismo com vistas à erradicação do fenômeno.

O problema surge em dois níveis. Um é que a situação não estaria como está hoje se o Estado moçambicano tivesse usado a Teoria do Vidro Estilhaçado diante dos primeiros sinais de ação terrorista, e agido aos primeiros sinais de terrorismo. As medidas não podem ser flexibilizadas, deixando o campo de exercícios aos terroristas, adiando a punição, caso contrário os seus protagonistas continuarão a aterrorizar cada vez mais Cabo Delgado e todo o país. O corolário dessa teoria é claro: não tem nada a ver com pobreza, mas com a psique humana (SEABRA, 2021).

A segunda, Teoria da Segurança, faz parte da Escola de Copenhague, fundada em 1985, cujos principais antecessores são Bill McSweeney, Ole Waever e Barry Buzan (ZECA, 2013). A teoria não trata de questões de segurança individualmente, mas como um todo, devendo ser vista em todos os domínios, nomeadamente militar, político, social, econômico e ambiental, justificando a sua convocação para essa investigação. Dessa forma, a participação de todas as

instituições na procura de soluções para o combate ao terrorismo estará em plena conformidade com a Constituição da República de Moçambique, que estabelece que “a participação na defesa da independência, soberania e integridade territorial do país é o Sagrado Dever e Honra” (MOÇAMBIQUE, 2018, art. 263, 1).

1 O TERRORISMO EM CABO DELGADO (MOÇAMBIQUE)

Em pouco mais de quatro anos, o conflito em Cabo Delgado apresentou proporções incontornáveis não só em termos de vítimas e destruição, mas também no seu impacto potencialmente devastador em toda a área envolvente. O que começou como uma ação descoordenada de um movimento insurgente local se transformou em um conflito considerável que chamou a atenção internacional e levantou preocupações sobre a capacidade do Estado moçambicano de fornecer a resposta para proteger os civis.

Como se costuma dizer, todo Estado competente coloca a defesa na lista de prioridades. A defesa não foi descentralizada, como a história ensinou, pois a costa é rica em recursos naturais e exige o controle total de suas fronteiras terrestres e costeiras pelas forças de defesa e segurança. Diante da descoberta e consequente exploração de enormes recursos naturais estratégicos, a distração é uma atitude contraproducente e altamente imprudente. A defesa da pátria é um imperativo soberano (M'TUMUKE, 2016).

De qualquer forma, é importante notar que, apesar da assunção do terrorismo pelo CNDS, ainda há pouca informação sobre as origens dos grupos terroristas e os motivos, e mentores de indivíduos que destruíram aldeias e agiram em Província de Cabo Delgado. O homicídio foi cometido. De fato, as causas da instabilidade de Cabo Delgado são essencialmente exógenas e explorando oportunisticamente a fragilidade endógena, os autores do seu terrorismo exploraram algumas das falhas na não implementação de ambas as Teorias, nomeadamente a Teoria do Vidro Estilhaçado e a Teoria da Segurança (LISSARDY, 2017).

1.1 POSSÍVEIS CAUSAS EXTERNAS DO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE

Parece correto admitir que o objetivo dos atos terroristas seja converter parte do território do país em seu, inviabilizando assim a unidade e o carácter indivisível de Moçambique. O primeiro fator exógeno tem a ver com o fato de que quando uma organização

terrorista perde espaço em um local ou território, ela busca outro local que normalmente é mais vulnerável do ponto de vista de segurança e possui atributos geoestratégicos favoráveis, cujas ações podem continuar, como no caso de Cabo Delgado.

Em segundo lugar, cercando os ricos recursos naturais da província, atraindo os interesses de corporações multilaterais ocidentais, nomeadamente a francesa Total (Zona 1), a italiana “Eni” e a norte-americana “ExxonMobil” (Zona 4), são alvos prioritários dos terroristas. Organizações como Al Qaeda, Daesh, Boko Haram e Ahlu Sunna Wa Jama (ASWJ) visam impedir que tais aventuras econômicas ocorram. No que se refere ao que foi revelado no parágrafo anterior, também vale a pena notar que os recursos energéticos podem alimentar conflitos entre grandes países, ajudando a “redefinir a esfera de influência” e, assim, interferir nos assuntos internos de países economicamente frágeis, mas o recurso titular, Moçambique, este é o caso (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DE DEFESA, 2021).

Em outras palavras, os recursos podem ser um fator de conflito de interesses e um fator a favor da interferência nos assuntos internos de um detento. Um colchete precisa ser inserido aqui para apontar que a interferência nos assuntos internos dos Estados é muitas vezes realizada sob o pretexto da globalização e do direito internacional humanitário. Alguns países não apenas protegem os cidadãos, mas também intervêm para mudar a relação de poder político, enquanto outros usam o argumento da globalização com o objetivo de conquistar mercados. Assim, o foco desse poder moderno na verdade não é a conquista do território, como na época da Grande Invasão ou Colonização, mas o controle das riquezas e dos grandes mercados (RAMONET, 2002).

1.2 POSSÍVEIS CAUSAS INTERNAS DO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE

A maior parte da pesquisa realizada até agora transformou as vulnerabilidades locais nos criadores do terrorismo de Cabo Delgado – que “bile atraente”. No entanto, pobreza, desemprego, analfabetismo, assimetria e outros fatores não são específicos das províncias estudadas, são de âmbito nacional e internacional.

Essas observações são razoáveis. Mas a pobreza não é a causa do terrorismo em Cabo Delgado. No entanto, onde a necessidade é maior, o terrorismo pode facilmente se infiltrar e se espalhar como um vírus vicioso em corpos frágeis e não imunes. Isso não significa que se deva excluir a pobreza do “menu” dos fatores do terrorismo, pois ao estudar um problema social,

nenhum fator isolado pode ser utilizado como causa raiz do fenômeno. Pelo contrário, o corolário da Teoria do Vidro Estilhaçado é claro, porque parece pouco razoável admitir que a pobreza seja a causa do terrorismo em Cabo Delgado, porque se assim fosse, todos os países economicamente vulneráveis estariam presos ao mesmo problema.

A pobreza por si só certamente não representa um risco existencial para o ser humano. Porém, quando combinada com outros fatores pode gerar insegurança, sendo necessário fortalecer as instituições, melhorar os ciclos das políticas públicas, fortalecer os valores cívicos, socializar e democratizar os recursos da vida. E ainda para reduzir a vulnerabilidade que poderia ser e é usada para recrutar seguidores do terrorismo.

Um aspecto igualmente importante tem a ver com a permeabilidade das fronteiras nacionais (marítimas e terrestres) e do espaço aéreo, pois o fluxo de migrantes ilegais facilita a criação de redes terroristas, situação agravada pela falta de meios que, se presentes, permitiriam a eficiência.

Outras questões que poderiam ser levantadas dizem respeito à falta de componentes de defesa e segurança e à falta de radares e câmeras de vigilância para caracterizar as rodovias nacionais. Em princípio, a construção de infraestruturas públicas e privadas deve seguir a intersecção de sistemas, ou seja, a participação de outros departamentos, de modo a facilitar a intervenção atempada do Sector de Defesa e Segurança (SDS).

2 A CRISE HUMANITÁRIA EM CABO DELGADO, O DILEMA ENTRE A SOBERANIA NACIONAL E A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

Os dados reportados até agora são instrutivos: ataques a aldeias no norte do país, principalmente na província de Cabo Delgado, gerado para Nampula e Niassa, mataram mais de 2.500 pessoas e deslocaram pelo menos 550.000 internamente, enquanto ataques humanitários ocorreram em torno da crise da cidade. A Ilha de Pemba está no centro desses desenvolvimentos, potencialmente identificando o grupo local ASWJ apelidado de Al-Shabaab como um movimento inspirado no *jihad*, mas abertamente afiliado ao autodenominado Estado Islâmico na África Central Província (ISCAP). Tais ligações com redes terroristas internacionais servirão apenas para aumentar o alarme de que um fenômeno semelhante possa ocorrer no Norte, Leste da África ou Oriente Médio. No entanto, as raízes da violência também estão enraizadas nos aparentes problemas de desenvolvimento, desigualdade e redistribuição de renda da região (CHONGO, 2021).

De fato, a comprovada incapacidade de traduzir o compromisso de extrair recursos minerais em benefícios tangíveis para as populações locais teve um impacto direto na marginalização das comunidades indígenas e na criação de um vácuo de poder, agravando uma situação já tensa e instável. A violência se intensificou após o primeiro ataque a Mosinbo da Praia, em outubro de 2017, seguido pela ocupação da mesma cidade quase três anos depois, em agosto de 2020. Ambos os momentos representam pontos de virada na evolução do conflito e expõem a gravidade do conflito. Os desafios, e a fragilidade da resposta oficial, até então se concentravam em colocar a culpa em fatores externos ao Estado. Os meios inicialmente oferecidos criaram maior confusão tanto na liderança quanto nos resultados esperados.

Por um lado, a utilização de um grupo diversificado de empresas de segurança privada, desde a sul-africana “Paramount and Dyke Consulting Group”, à britânica “Control Risks”, à canadense “Garda World” ou ao grupo paraestatal russo “Wagner”, expôs sérias deficiências materiais e operacionais entre as empresas moçambicanas e as Forças Armadas. Por outro lado, proteções especiais por meio de batalhões militares especialmente implantados para empresas multilaterais que operam no campo – principalmente a francesa “Total” e seu investimento de US\$ 20 bilhões em exploração de gás natural – apenas reforçarão a percepção de incompatibilidade. Entre as prioridades de proteção da população local. Face à necessidade de assegurar o apoio das comunidades visadas, o governo moçambicano anunciou em 2019 a criação da Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte, com o objetivo de canalizar recursos para a região e melhor focalizar os esforços humanitários (CIP, 2021)².

No entanto, a mesma estrutura ainda está em sua “infância” e tem-se mostrado irrelevante para o propósito originalmente proposto. Ao mesmo tempo, o controle de imigração começa a ganhar um novo destaque no discurso oficial, centrado na Tanzânia, já que sua fronteira com Cabo Delgado é uma porta importante e indisciplinada para aspirantes a militantes. No entanto, o sucesso limitado das autoridades moçambicanas em incentivar uma maior cooperação bilateral nessa área também é evidente. Diante desse contexto multifacetado, é possível identificar quatro dimensões de interseção nas quais o conflito se desdobrará em 2021.

Primeiramente, qualquer esforço de contrainsurgência precisa ser complementado por um investimento econômico e social coordenado. As principais prioridades são reprimir os fundamentos de recrutamento de mais membros da ASWJ, investir em programas projetados

² O Centro de Integridade Pública (CIP) promoção da Transparência, Anti-corrupção e Integridade 2021

para redistribuir efetivamente a renda e combater a ideia de centralismo em Maputo, a cerca de 2.600 quilômetros de Cabo Delgado. Assim, só se pode esperar novas iniciativas oficiais, com o apoio de organizações internacionais especializadas e autoridades nacionais, como o Conselho Islâmico de Moçambique, que visem à sensibilização para os reais problemas nacionais que devem ser abordados de forma abrangente, não apenas através da segurança.

Collier e Hoeffler, do Banco Mundial, apontam que os grupos rebeldes são muitas vezes politicamente marginalizados, e sua ganância por fontes de controle está no centro de uma cascata de conflitos. Para os autores, os recursos naturais são os financiadores e facilitadores do confronto armado. No entanto, a falta de oportunidades nas áreas rurais e menos oportunidades de carreira para os jovens contribuíram para a instabilidade política. Alguns jovens optam por se juntar a grupos terroristas para mudar sua situação financeira. Além disso, a Agência Moçambicana de Imprensa instou a Polícia da República de Moçambique (PRM) a divulgar que mais de 50 pessoas foram raptadas na aldeia de Muadid e depois decapitadas no campo de futebol, que quase se tornou um campo de extermínio, chamando a atenção internacional. No que diz respeito ao tratamento de civis em conflito, isso é em parte uma clara violação das Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais. A BBC News (2020) confirmou que houve a decapitação em Cabo Delgado.

Na província de Cabo Delgado ainda existe violência simbólica e física relacionada com a exploração de recursos minerais, o que tem gerado animosidade entre os moradores da área de exploração. No entanto, a julgar pela forma como o governo tem tratado a questão dos deslocados, não parece que esteja pronto ou tenha um plano concreto para acabar com o conflito armado na província de Cabo Delgado.

2.1 DIFICULDADES E DESAFIOS PARA AS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA NA PROTEÇÃO DE CIVIS ENQUANTO RESPONDEM AO TERRORISMO EM CABO DELGADO

Em primeiro lugar, a dificuldade em realizar as operações da polícia e do exército moçambicanos está relacionada com a diversidade de entidades suspeitas responsáveis pelo conflito em Cabo Delgado. Apesar de algum ceticismo, a natureza desses ataques e possíveis colaboradores permanece incerta, levando a meios imprecisos de resposta que devem ser usados em um conflito. A operação das autoridades moçambicanas deteve centenas de suspeitos, desde

recrutadores a intermediários e até dirigentes, possibilitando a formação de uma estrutura orgânica de comando para esses rompedores da paz.

O problema adveio do surgimento de diferentes ações e ataques de promotores da al-Shabaab em 2017. Esses ataques, que são endossados pelo Estado Islâmico da Província da África Central (EIPAC) desde 2019, traduziram-se na verdade na expansão e intensificação das operações, o que levou à necessária redefinição das estruturas organizativas e de comando que existiam antes das autoridades moçambicanas (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DE DEFESA, 2021). Essa mudança de grupos rebeldes para algo mais sério tornou-se uma das principais dificuldades para a inteligência moçambicana identificar os responsáveis pelo conflito. Apesar de muitas prisões (inicialmente 500) e julgamentos, o fato é que os ataques não pararam ou perderam força (CHONGO, 2021). Confundir autoridades com diferentes tarefas exige um esforço acrescido desde o início para compreender os meios mais adequados para enfrentar o inimigo.

No estudo realizado por Rogeiro (2020), foi mencionado um grupo de criminosos encontrados. Grupos clandestinos de Cabo Delgado que se rebelam contra a exclusão da sociedade; imãs que violam costumes tradicionais islâmicos e leis aceitas pelo Estado; criminosos de países vizinhos que querem enfraquecer Moçambique explorando recursos naturais; ex-militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e da PRM, considerando alguns dos capturados militantes que reconheceram suas origens etc. As possibilidades e diversidade de atores interessados nesse conflito, considerados inimigos do Estado moçambicano, são, portanto, evidentes.

Tudo isso são fatores limitantes para as operações SDS e a incapacidade de entender a natureza do inimigo que estão combatendo, dificultando a consolidação de uma ofensiva efetiva. Outra dificuldade nesse conflito foi encontrada numa fase posterior à percepção da natureza dos atacantes, nomeadamente a verificação da enorme diversidade de táticas que os atacantes implementaram ao longo dos três anos. Os ataques às instalações e pessoal das SDS foram o foco em 2017, os ataques a civis foram mais graves do que as forças das SDS em 2018-2019 e os ataques às autoridades moçambicanas foram retomados em 2019 e 2020 (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DE DEFESA, 2021).

Além da alternância de foco de ataque, eles também variam em tempo. A primeira sempre ocorre à noite, mas os ataques começam no final da manhã ou no final da tarde. A falta de continuidade nas ações e intervenções desses agressores complica ainda mais a retaliação das forças de segurança (MAQUENZI; FEIJÓ, 2019). Os meios utilizados são muito diversos;

por exemplo, alguns grupos utilizam armas mais modernas enquanto outros utilizam armas mais medíocres como facas e facões, ou o uso de megafones para atrair a população, assim como os eficientes sistemas de informação dos agressores principalmente por mulheres, crianças e pescadores, permitindo intervenções que muitas vezes não têm capacidade de resposta das SDS.

Isso significa que, quando as autoridades chegam ao local do ataque, não encontram mais nenhum responsável e não podem responder para proteger a população. Uma das estratégias que as autoridades conceberam é implementar um sistema de vigilância em massa, que permita às aldeias se defenderem, mas deve haver um vínculo forte e transparente entre as autoridades e os funcionários locais, o que é difícil em áreas onde prevalece a desconfiança. Além disso, a frequente infiltração de grupos terroristas nas aldeias e em grupos de deslocados internos resultará no apoio do sistema apenas à luta armada. É um sistema ineficiente por isso, mas está sendo usado (ZITAMAR NEWS, 2021).

Em termos de mecanismos e lideranças para combater esses grupos terroristas/insurgentes, o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) enfrentam dificuldades na sua capacidade de reunir provas concretas e claras para os detidos em julgamento. Para trabalhar de forma mais eficaz, ainda é preciso deixar de lado o orgulho e a competitividade entre essas instituições. As observações de um conflito que já dura quase quatro anos, sem uma estrutura de comando operacional clara, só podem mostrar que a Agência de Segurança da Defesa não conseguiu combater o grupo armado, principalmente devido à inteligência moçambicana, acusada de fazer da perseguição à mídia e aos opositores partidários do país sua principal prioridade, em vez de lutar e identificar insurgentes/terroristas (AFRICA MONITOR, 2021).

Do lado material, segundo Rogeiro (2020), desde março de 2018, as estruturas militares e policiais em Cabo Delgado aumentaram e se fortaleceram em termos de instrumentos terrestres, mas carecem de meios aéreos complementares. Há também falta de sensores de vigilância noturna (dado que a maioria dos ataques é realizada à noite) e, em números, falta de pessoal especializado, coletes à prova de balas e mais grupos, sejam comandos ou operações especiais, para operar em mais áreas. Outra grande fraqueza é a falta de transparência do estoque e tamanho disponível para o inimigo, pois ele parece conhecer bem o local; existem vários esconderijos, artilharia pesada foi encontrada em alguns lugares pelos militares moçambicanos. Além disso, fornecer informantes pagos para fins de pistas falsas torna as autoridades ainda mais ignorantes sobre o poderio militar do inimigo.

Do lado judicial, ainda há um entendimento da necessidade de promotores e magistrados mais específicos para esse tipo de crime, garantindo a segurança dos servidores da justiça, mais tribunais e mais prisões condicionais, o que também é uma questão importante, pois devido à superlotação dos presídios, muitos suspeitos que aguardavam julgamento em suas residências desapareceram (ROGEIRO, 2020). Existem também lacunas na cooperação das autoridades com as autoridades dos países vizinhos como a Tanzânia ou a RDC, o que é muito importante porque várias ferramentas de guerra e seres humanos atravessam a fronteira para Cabo Delgado.

Em janeiro de 2019, Moçambique assinou um memorando de entendimento com a Tanzânia para combater conjuntamente os terroristas e estabeleceu ligações com as autoridades do Uganda, Quênia e RDC. O problema aqui é que o compartilhamento de informações não acontece de forma clara e eficiente, enfraquecendo essa cooperação. Por fim, ao nível do exército moçambicano, os motivos e objetivos dos combates também são muito difíceis, pois esses grupos terroristas continuam a expandir-se para a zona de Mecula da província do Niassa – operações bem executadas e dirigidas (CIP, 2021). De acordo com grupos como a Anistia Internacional, houve vários casos de SDS fugindo de zonas de conflito com civis, muitas vezes deixando suas armas e uniformes para trás para serem mais facilmente confundidos com os moradores locais. Isso acabou levando à falta de disciplina e rigor no exército moçambicano e ao silêncio do Estado sobre a natureza do ataque, resultando em falta de unidade e propósito no exército, pois muitos soldados foram jogados na selva sem treinamento adequado e obrigados a combater ameaças que desconheciam.

Alguns até defendem divisões internas dentro do SDS, com soldados realizando missões atribuídas e outros tentando atrapalhar essas mesmas missões. Outra possível fonte de discórdia é a lealdade dos militares ao ex-presidente Guebuza em vez de ao atual presidente Nyusi. É por essa razão que um estudo do CIP (2021) reconhece que o conflito em curso entre o governo do Presidente Nyusi e as posições do ex-político Guebuza não é de forma alguma propício para avançar numa direção clara e coerente.

2.2 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM CABO DELGADO

O pedido do Chefe do Executivo de Maputo à UE em 17 de setembro de 2020, para apoio logístico e equipamento de apoio ao combate ao terrorismo, contraria a declaração do Ministro da Defesa Jaime Neto, que anunciou há um mês que eles não precisam de apoio militar,

apenas apoio de vigilância de fronteira. Outro caso foi o conflito entre os ministros da Defesa e do Interior em fevereiro de 2020, em que Jaime Neto disse que a foto de insurgentes em frente a um veículo militar com a bandeira do ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria) era falsa, mas a porta-voz da PRM confirmou sua autenticidade (SANTOS, 2001).

Finalmente, no que diz respeito ao apoio, as ONGs e as agências estatais de apoio também são incapazes de atender tantas pessoas após a invasão e ataque a territórios onde cerca de 700.000 deslocados e mais de 2.000 pessoas morreram. Devido à superlotação dos centros de acolhimento, não existem condições básicas para garantir que os deslocados ali colocados falem sobre a propagação de doenças nesses centros. Eles são inseguros e a possível infiltração de terroristas nesses campos continua sendo um problema (ZITAMAR NEWS, 2021)

No que diz respeito às percepções públicas das forças de segurança em Moçambique, segundo o Afrobarometer (*apud* JACOBS; ISBELL, 2020), as mais favoráveis são as que são mais velhas, mais instruídas e com maior qualidade de vida. Ações das Autoridades de Segurança são apresentadas por Jacobs e Isbell (2020, p. 8):

[...] as avaliações positivas da luta do governo contra a violência extremista são maiores entre os entrevistados mais velhos (49% 56 anos ou mais), entre os entrevistados mais educados (51% com diploma universitário) dos entrevistados e os economicamente melhores (50%).

Dessa forma, entende-se que os grupos mais simpáticos à atuação das FDS são aqueles que não são vistos como alvos do inimigo; e nas áreas pobres, os jovens, isolados e rurais sentem o contrário. Nesse sentido, ao verificar as percentagens das províncias mais pobres, Niassa teve 59% de insatisfação e Cabo Delgado teve 53% de insatisfação. Consequências do conflito armado em Cabo Delgado (CIP, 2021).

À medida que o conflito armado continua, estamos testemunhando um enorme impacto nos setores socioeconômicos. Cabo Delgado tem sido descrito como uma província empobrecida com pouco investimento do governo central, problemas crônicos nos setores da educação, saúde e desenvolvimento econômico, e cuja principal atividade econômica se baseia na agricultura e pesca (CORTÊS, 2016)³.

Com a chegada do conflito armado em Cabo Delgado, e outros indicadores como a tensão entre a RENAMO e a FRELIMO, a seca que o país sente desde 2016, os furacões que

³ Corte Interamericana de Derechos Humanos Corte IDH_CP-43/2021 Português

destruíram plantações e edifícios civis, e a situação sanitária Crise global (COVID-19), estamos presenciando um agravamento ainda maior da vulnerabilidade econômica e do desenvolvimento social, principalmente na região. Desde o início, o foco estava apenas no impacto dos ataques realizados por esses grupos ligados ao “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”, destruindo grande parte da infraestrutura pública e privada ao longo do conflito e desencadeando uma onda massiva de instabilidade e deslocamento social, impondo ao país muita pressão, aliada à diminuição da capacidade econômica, inviabilizando qualquer possibilidade administrativa dessa situação.

Existem vários relatos de que o impacto do conflito destruiu cidades e aldeias abandonadas, por ex., o ataque de 25 de março de 2020 à cidade de Quissanga resultou na destruição de 387 edifícios. Os ataques de 28 de maio de 2020 à Litamanda e Chaiside, nos distritos de Macomia, atingiram níveis mais dramáticos, destruindo 790 e 439 edifícios respectivamente naquele dia (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021).

Perante essa situação, aliada aos ataques inesperados nos bairros, residentes locais não tiveram alternativa senão fechar as suas lojas, abandonar as suas casas e deixar para trás todos os seus bens. Mesmo os poucos que permanecem nesses lugares devastados por conflitos estão apenas começando a produzir para sobreviver. Tudo isso acabou por afetar as receitas fiscais do Estado, e segundo o Centro de Integridade Pública (CIP), uma ONG que opera em Cabo Delgado, a província perdeu cerca de dois mil milhões de meticais só nos primeiros dois anos do conflito. Ainda é uma preocupação crescente que existam grandes expectativas para uma grande quantidade de especulação de investimento estrangeiro na exploração de gás natural, que Moçambique vê como uma enorme fonte de receita (CIP, 2021).

A presença dessa onda de violência e terror na região nunca foi boa para investidores internacionais que desejam negócios seguros e estáveis. Dessa forma, a constatação de instabilidade nos setores da pesca, agricultura, turismo e investidores estrangeiros leva a um enfraquecimento do poder econômico do país, o que não é bom para um país que luta contra uma ameaça dessa natureza.

Uma questão adjacente relacionada ao desenvolvimento social, a aparente falta de compromisso do governo em reconstruir a infraestrutura destruída, inevitavelmente alimentou essa onda de protestos populares contra o governo (CHONGO 2021). Como atitude racional, pela posição do Estado moçambicano na supressão das ameaças, ou seja, na fase das “novas

ameaças”, apenas por via militar, o investimento é, portanto, mais centrado na via militar, conduzindo a uma escassez de investimento em outras áreas, como social e econômica.

Os gastos militares aumentaram entre 2017 e 2019, enquanto setores como saúde ou educação caíram acentuadamente. Dessa forma, o que a CIP descreve como uma “armadilha do conflito”, pois os governos lutam para absorver todos os custos do conflito e apostam na continuidade do investimento em mecanismos tradicionais (militares). Há um círculo vicioso em que o conflito leva a um enfraquecimento do desenvolvimento econômico do país, que por sua vez afeta a população antigovernamental, o que facilita o recrutamento dessas pessoas para o movimento insurgente/terrorista.

Tendo em conta o Censo de 2017, apenas a cidade de Pemba, com cerca de 200 mil habitantes, teve um aumento populacional superior a 50%, mesmo antes do ataque a Parma, assumindo um aumento significativo após o ataque. Da mesma forma, de acordo com o mesmo Censo, o distrito de Metug de 86.000 habitantes já tinha 110.000 deslocados internos em fevereiro de 2021, um aumento de 127% da população residente (CIP, 2021).

Perante esta situação, é de esperar que os serviços de apoio social e sanitário do Estado moçambicano estejam preparados para fazer em face desta calamidade pública, mobilizando esforços para minimizar as consequências deste conflito. No entanto, aconteceu o contrário, com cerca de 90% de deslocados internos a ficar em famílias de acolhimento, referindo-se a familiares, amigos ou pessoas da comunidade que simplesmente as alojaram nas suas casas. Apenas 10% dos reassentados são reassentados em reassentamento permanente ou centros temporários em Metuge e, em fevereiro de 2021, havia apenas 21 aldeias de reassentamento criadas pelo governo. (CIP, 2021).

A segurança alimentar é uma das questões mais preocupantes ao analisar os deslocados internos, não só no curto prazo, quando as pessoas se deslocam de áreas de conflito para áreas mais seguras, mas também no longo prazo, pelas famílias de acolhimento antes mesmo da pobreza. De acordo com o Relatório Internacional (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021) sobre Pemba, 30 a 40 pessoas vivem em habitações unifamiliares sem condições mínimas, as suas maiores preocupações prendem-se com o espaço e a alimentação, as suas refeições são mínimas, e o tamanho das porções é reduzido. Ingerem alimentos como matapa, moringa ou folhas de tapioca.

Considerando o contexto em que o conflito armado está ocorrendo, não só por causa de uma temporada agrícola fraca, mas também por causa da crise financeira de 2016 causada pela dívida oculta do governo, testemunha-se um Estado completamente frágil que não consegue

cumprir suas obrigações em proteger as pessoas deslocadas pela guerra. Especula-se que exista uma situação de insegurança alimentar de *stress* em várias partes do país, mas em zonas de conflito armado, como Cabo Delgado, a tendência poderá ser de insegurança alimentar grave de crise e possivelmente até níveis de insegurança alimentar de emergência.

No entanto, a verdadeira situação alimentar na região não pode ser confirmada devido à dificuldade de acesso a diferentes áreas da província para pesquisadores ou observadores independentes. Mesmo a escolha do governo de criar as chamadas aldeias de reassentamento a partir de julho de 2020, face à situação vivida, não parece ter tido qualquer impacto positivo na situação dos deslocados internos. Na região, concluiu-se que os únicos beneficiários foram os da população. Moradores que vivem na área devido à redução da pressão por causa das aglomerações inesperadas da população (CHONGO, 2021).

Os indivíduos deslocados internos são colocados em assentamentos permanentes em Ankwabe, Montepuez, Metuj e Chure, e o único apoio fornecido pelo Estado é a alocação de terras para habitação e atividades agrícolas, pois as pessoas garantem sua persistência. Como resultado, o governo tem dado pouca atenção para reunir todas as condições necessárias para que essas pessoas possam recomeçar sua vida e ignora as diferentes necessidades de cada grupo. Existem vários fatores que podem prejudicar esses indivíduos; desde o início alguns grupos que trabalhavam em terra tiveram uma experiência ruim, como os Mwani que ficaram dependentes de atividades voltadas para o oceano e, portanto, não têm acesso a treinamento adequado para trabalhar a terra; enxadas e facões que garantem a sua subsistência não terão muita utilidade. Além disso, surgem outros problemas, como a distância entre as zonas habitacionais e as zonas agrícolas (CIP, 2021).

Basicamente, o governo está preocupado em suprimir a concentração de pessoas nas áreas urbanas e transferi-las para áreas mais rurais, mas não considerou as necessidades e condições mínimas para propiciar nova vida para essas pessoas. Isso suscitou protestos das autoridades locais contra o governo moçambicano por falta de mecanismos de apoio a esses deslocados internos, em que, segundo o censo de 2017, o orçamento continuou a ser atribuído a cada região como se essa calamidade pública nunca tivesse existido. Essa situação leva a concluir que mesmo aqueles que conseguem escapar à morte em zonas de conflito terão dificuldade em encontrar uma vida pacífica nos próximos anos, em aldeias de reassentamento com necessidades diversas (idealmente como espaços para começar uma nova vida), desde questões de saúde, educação, qualificação para novas formas de trabalho, traumas psicológicos.

A crônica falta de investimento nos setores da sociedade mais afetados por essa guerra até agora levará inevitavelmente essas pessoas a ver o crime, a violência social e a prostituição como suas únicas opções, pois acabarão perdendo a confiança e a esperança de apoio do Estado e nenhuma mobilização Esforço suficiente para lidar adequadamente com essa situação (CIP, 2021).

Por ex., no distrito de Chiúre, houve corrupção entre coordenadores da assistência do Programa Alimentar Mundial quanto à lista de distribuição de alimentos. Isso acabou por levar à anarquia, como o subsequente saque de armazéns em Chiúre, no final do século; os produtos saqueados posteriormente, além do uso próprio, foram revendidos no mercado negro. Essa postura mais anarquista poderia eventualmente se espalhar facilmente por toda a comunidade, pois “muitos deslocados internos que permanecem na área de Nahavara do distrito de Chiure estão esperando há quatro meses pela primeira assistência do PAM”. (CABO LIGADO, 2021, p. 5).

No distrito de Ancuabe, há evidências de que os deslocados internos desconfiam profundamente dos líderes locais, que os acusam de facilitar o armazenamento de alimentos em segredo porque os deslocados estão longe dos centros de distribuição de alimentos. A provisão de terra do governo para essas pessoas, tanto residentes quanto deslocados internos, é tensa, e os moradores os acusam de impedir sobrenaturalmente as chuvas nas plantações (CABO LIGADO, 2021, p. 5). Por outro lado, dado o descontrole e o sentimento de anarquismo na província, ainda há relatos de vários casos de abuso de poder por parte da Agência de Segurança da Defesa, que se diz ter o dever de garantir a manutenção da ordem e sua proteção no país de cidadãos(ãs) e bens.

No entanto, observou-se o contrário, com as SDS acusadas de constante abuso de poder, influência sobre civis e apropriação indébita de seus bens. Houve relatos de policiais subornando civis, abuso físico ou morte e coleta indevida de mercadorias na estrada. Todas essas ações são muitas vezes justificadas por laços diretos ou indiretos de civis com o Al-Shabaab, quando o dinheiro e outros bens de civis são acusados de serem fornecidos por grupos armados, ou pelo encobrimento de pistas sobre o Al-Shabaab para justificar a agressão (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021).

O CIP acusou as mulheres de oferecer serviços sexuais a mulheres em troca de ajuda e segurança nos centros de recepção. Como um assunto que é quase considerado “tabu” já que as agências humanitárias da ONU e outras organizações que operam no campo não respondem a tais alegações, pois seu tratamento do assunto poderia levantar questões sobre sua continuidade local, por isso optaram por não comentar.

Por outro lado, esse silêncio só leva a comportamentos cada vez mais frequentes, já que não há repressão de nenhum tipo, nem sequer aborda o assunto. Em suma, dada a escalada do conflito, a escassa ajuda humanitária, a constatação como um país propenso à corrupção em um ambiente social e institucionalmente caótico, levará a longo prazo a uma situação de subordinação em que a má gestão do país e a menos brutalidade, mais fraca é a capacidade de reverter a situação existente.

3 O PAPEL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO CONFLITO DE CABO DELGADO

Tendo em conta alguns fatores históricos, o governo português não pôde ignorar o conflito no Norte de Moçambique. Foi o que aconteceu de fato com o acordo-quadro de cooperação militar assinado por Portugal e Moçambique em 10 de maio de 2021, com validade de cinco anos.

O Acordo assimila-se a uma cooperação bilateral no campo da defesa, não muito diferente da cooperação firmada desde 1988, mas com maior robustez. Dessa forma, referindo-se à formação das Forças Armadas Moçambicanas em operações antiterroristas, com enfoque na força de intervenção rápida, a PEMPOR e a PFORPOR continuam a trabalhar na educação militar que tem vagas em Portugal, na participação conjunta na paz e na ajuda humanitária de missões e cooperação com os três países ou organizações internacionais/regionais perseguem em conjunto os seus objetivos de defesa.

De acordo com as disposições supracitadas, pretende-se que várias empresas das Forças Armadas sejam treinadas durante três a quatro meses, e três anos na zona sul do país perto de Maputo, confirmando a presença de Portugal em Moçambique (ISSUFO, 2021). Portugal é um dos primeiros países a prestar apoio militar ao destacamento de 60 militares para operar em Moçambique em abril de 2021, com apoio logístico e formação da Força de Intervenção Rápida no âmbito de um acordo-quadro bilateral de cooperação no domínio da defesa, autorizado pelo Presidente em Moçambique. Paralelamente, Portugal prevê ainda um apoio financeiro de 250.000 euros para projetos de desenvolvimento de ONGs que operam em Moçambique através da Ferramenta de Resposta Rápida de Ação de Emergência coordenada pelo Instituto Camons (GOMES, 2002).

Além de outros apoios já estabelecidos em Portugal, este financiou, desde fevereiro de 2020, cinco projetos, incluindo as organizações Apoiar, Fundação Fé e Cooperación,

Health4Moz, Helpo e Oikos, focados na promoção da saúde, segurança alimentar e reforço do enfrentamento às catástrofes climáticas. No final, Portugal pode ainda dar um contributo particularmente importante, trabalhando para atrair apoios e trazer o conflito de Cabo Delgado para a cena internacional; está numa posição forte ao assumir a presidência do Conselho Europeu. Tem tido bons resultados na sensibilização europeia e internacional para a frágil situação em Moçambique, oficializando as questões humanitárias e estará no Cabo Gado como uma das prioridades da agenda do seu Presidente do Conselho Europeu (CIP, 2021).

Essa situação revela finalmente a posição única de Portugal como interlocutor e facilitador da cooperação e diálogo entre o Estado de Moçambique e a UE ao longo do processo de ajuda solicitado pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Veronica Macamo, em 16 de setembro de 2020. A delegação da UE a Moçambique, chefiada pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, com um distanciamento acentuado, discutiu ali as questões e formas de prestar tal assistência, e a posterior formação da delegação da Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique (EUT) em 2021. A aprovação oficial em 12 de julho foi liderada pelo general de brigada português Nuno Lemos Pires (GRUPO DE CRISE, 2021).

A ministra de Estado referiu ainda que a conclusão da missão de treino militar da UE de 28 meses em Moçambique se deve, sobretudo, ao esforço e empenho de Portugal enquanto presidência do Conselho Europeu. Para além disso, no seio da UE, além do já referido apoio militar, está em curso o apoio financeiro destinado a mitigar o impacto da ameaça moçambicana. Por exemplo, na Resolução da UE de 17 de setembro de 2020, foi reafirmado o apoio já estipulado em 2019 de 200 milhões de euros para a recuperação e resposta do país à pandemia. Além disso, a UE forneceu 37 milhões de ajuda humanitária a Cabo Delgado em 2020, defendeu Joseph Borrell. No mesmo ano, forneceu a Moçambique 14,6 milhões de dólares para educação e alimentação (SIC NOTÍCIAS, 2021).

Em 2021, a UE forneceu 17 milhões de euros em ajuda humanitária para apoiar não só os deslocados internos, mas também as suas famílias de acolhimento por meio de proteção, abrigo, água e saneamento, educação em emergências e cuidados de saúde essenciais (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

No entanto, algumas partes discordam da política interna sobre a intervenção de Portugal no conflito de Moçambique: “[...] a esquerda está mais preocupada com a via diplomática e o diálogo entre as partes em conflito, do que as divisões domésticas sobre como

lidar com o conflito de Cabo Delgado na arena política doméstica portuguesa de direita mais militarizada.” (CABO LIGADO, 2021, p. 3).

Da mesma forma, no que diz respeito ao apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ao conflito, existem opiniões divergentes sobre a forma como esse apoio deve ser por Estado, questionando as preocupações do governo com a falta de presença da comunidade lusófona em Cabo Delgado, enquanto o lusófono ministro da defesa defende que a organização não tem o mesmo nível das capacidades e prontidão da UE para realizar missões de defesa militar. Em entrevista à Deutsche Welle (CASCAIS, 2021), o deputado do PS, Pedro Seabra chegou mesmo a defender que uma intervenção militar em Moçambique nunca fez parte dos planos da CPLP, pelo que fazia mais sentido reforçar o apoio humanitário. Da mesma forma, o ex-secretário executivo da CPLP, Murad Murargy, defendeu que, diante dessa crise em Cabo Delgado, a organização prefere utilizar a sua posição privilegiada para apoiar, mobilizar apoios internacionais, fornecer mais do que exclusividade e meios de assistência mais adequados.

4 INTERVENÇÃO MILITAR DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL E DE RUANDA NO CONFLITO DE CABO DELGADO

Organizações importantes como a União Africana e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), devido ao seu natural envolvimento nos problemas do continente africano, assumiram posições de apoio ao conflito armado em Cabo Delgado relativamente tarde. À partida, a presidência da SADC ao país de Moçambique a 17 de agosto de 2020 será um momento oportuno para o país estimular a intervenção regional preparada pelos seus Estados-Membros, que só terá lugar a 23 de junho de 2021.

Segundo a Deutsche Welle (2020), dois especialistas do Instituto de Investigação em Segurança (ISS) assumem uma posição favorável à intervenção destes grupos regionais no conflito de Cabo Delgado, por se tratar de uma questão que pode constituir uma ameaça regional. Portanto, é necessária a cooperação mútua entre os países da região. O analista alemão Andre Thomashausen também mencionou à Deutsche Welle (2020) que o impasse na decisão da SADC de intervir neste conflito pode ser travado pelas divisões internas da organização, por exemplo, negando a Moçambique permissão para Malawi na navegação do rio Shire, e mesmo Moçambique se opõe a negociar áreas de exploração conjunta de gás com a Tanzânia, pois metade das reservas de gás também estão dentro de suas águas territoriais. (CIP, 2021).

Nesse sentido, houve um descompasso na vontade de cada membro da organização ao longo do conflito e, mais recentemente, no esforço de formação da missão militar da SADC. A África do Sul, o Zimbábue e o Botswana estão mais motivados a dedicar as suas tropas à intervenção em Cabo Delgado do que outros membros.

A mesma vontade da parte sul-africana de intervir em Moçambique reflectiu-se de imediato na sua posição de líder da força regional, mobilizando durante três meses 1.500 militares em território moçambicano, incluindo no Estado moçambicano o 1º Destacamento da Brigada (CIP, 2021). Como resultado, é de longe o país com o maior número de despachantes dentro de Moçambique. Numa posição semelhante no Botswana, como vice-comandante da força regional, 300 soldados foram até agora mobilizados para Cabo Delgado. Fornecer reforços ao contingente com tanques e armas nos postos fronteiriços de Gôndolas e Resano Garcia. Da mesma forma, o Zimbábue está concluindo um acordo para uma força de intervenção militar da SADC de 300 militares. (AFRICA MONITOR, 2021).

Composta por uma variedade de recursos, incluindo soldados, navios de guerra e helicópteros, essa força se concentrou em apostar principalmente em táticas ofensivas baseadas no ar, antes de assumir maior controle da situação por terra. Essa motivação para prestar apoio, especialmente no caso da África do Sul, pode decorrer da recente atividade em Moçambique na ratificação do apoio externo bilateral com outros países (TINGA, 2020).

O Presidente Nyusi abriu ao Estado Ruandês, considerou uma possível solução para o conflito em Cabo Delgado, e aprovou o envio de mil soldados ruandeses (700 militares e 300 polícias), aumentando as tensões existentes entre a África do Sul e o Ruanda. O fato de a atuação do exército ruandês não ser clara e de não existir um plano de ação transparente, compreensível para todos os envolvidos e interessados no conflito agravou a situação, que decorre naturalmente da relação entre o Presidente Nyusi e o Presidente de Ruanda de negociações informais (Paul Kagame) e presidente francês Emmanuel Macron (CIP, 2021).

Mesmo assim, apesar da aparente falta de transparência nas relações Moçambique-Ruanda, o fato de se ter feito bons progressos territoriais, enquanto os rebeldes sofreram baixas, aumentou “o moral” de Moçambique com Ruanda. A população moçambicana, por outro lado, contribuiu para a confusão dessa intervenção imprecisa. Uma das conquistas recentes do exército ruandês em cooperação com o exército moçambicano foi a reconquista da Vila de Mocímboa da Praia, conquistada pelos rebeldes em agosto de 2020 (ZITAMAR NEWS, 2021).

Os membros da SADC também embarcaram formalmente numa onda gradual e generalizada de reconhecimento da intervenção do Ruanda no conflito por meio dos canais diplomáticos, e Angola, Tanzânia e Zimbabuê fizeram visitas oficiais à capital, Kigali

(ÁFRICA MONITOR, 2021). Essa situação reflete o acordo sereno e unânime com que o Ruanda foi escolhido como principal apoiante da luta armada, em detrimento da SADC, que é vista como uma força secundária. No entanto, por outro lado, revela-se um incômodo para alguns membros do grupo, como é o caso da África do Sul, que não demonstrou capacidade para concordar com essa questão, continuando os esforços para manter o grupo envolvido no processo global de restauração da paz no norte de Moçambique.

Quanto ao papel da Tanzânia, o mesmo não se pode dizer, pois a Tanzânia está numa posição muito mais passiva na situação de Moçambique. Essa passividade pode mudar com a recente ascensão de Samia Hassan ao poder como presidente da Tanzânia, que é vista como mais propícia à abertura internacional do que seus antecessores. No entanto, permanecem situações complexas, como a entrada bloqueada a muitos refugiados moçambicanos na fronteira com a Tanzânia, e o reencaminhamento dos que chegam a Nigomano, uma aldeia no norte de Moçambique, o que dificulta a cooperação (principalmente humanitária) no nível bilateral entre esses países.

Paralelamente a essas questões, pode-se também supor que um obstáculo igualmente importante para uma resposta tão lenta à assistência militar estrangeira é o medo de o presidente de Moçambique perder a soberania e o controle sobre a gestão do conflito armado. Nesse sentido, o governo prefere receber apoio logístico e de treinamento de suas forças a combater insurgentes/terroristas. De fato, nessa linha de pensamento, tanto a intervenção militar em Ruanda como a aprovação da missão militar da SADC demonstram a parcialidade de Moçambique em permitir que países africanos e vizinhos intervenham em missões militares. Atitude em movimento contrário do caso contra países europeus ou organizações não africanas, apenas permitindo a essas organizações o fornecimento de suporte logístico e de treinamento (ISSUFO, 2020).

Essa estrutura de apoio resultante reflete o receio da administração de Maputo de perder a sua soberania. Mesmo a recente vontade de receber apoio externo tem sido expressa como quase uma obrigação do governo moçambicano, que foi alvo de acontecimentos durante o conflito, basicamente após o último grande ataque a Vila de Palma, em 24 de março de 2021. O ataque foi defendido por vários analistas, com a força dos grupos armados a revelar-se o principal motor da cobertura mediática da situação em Moçambique a nível internacional, obrigando Nyusi a ter pouca margem de manobra na negação de apoio (JACOBS; ISBELL, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a fragilidade do país, o fenômeno da insurgência armada no norte de Cabo Delgado tem carácter regional, em 2013, altura em que eclodiram movimentos insurgentes inspirados no extremismo e no fundamentalismo islâmico. Apesar de uma longa tradição de coexistência não violenta entre religiões, na costa leste africana temos assistido à penetração e disseminação de sentimentos islâmicos radicais em áreas empobrecidas. Na Somália e no Quênia, mais tarde na Tanzânia, e mais recentemente em Moçambique, formaram-se grupos radicais islâmicos em áreas historicamente discriminadas face à inércia estatal, incluindo os serviços de investigação e segurança. Seguiu-se a violência, com impunidade da polícia e do sistema de justiça. Seguem-se prisões arbitrárias e eliminação de suspeitos na forma de repressão, muitas vezes extrajudicial. Na zona norte de Cabo Delgado, perante a dificuldade de derrotar um inimigo “invisível”, criou-se um Estado militar, violou-se uma série de normas internacionais, reprimiram-se civis (empresários islâmicos, populações rurais em áreas atacadas e jornalistas). Para proteger civis, o Estado de conflito dos civis aumenta a sensação de insegurança entre a população, ao mesmo tempo que desencadeia uma crise humanitária.

À medida que o conflito continuava, a incapacidade do Estado de fornecer uma resposta militar eficaz tornou-se cada vez mais evidente. A vulnerabilidade das forças de segurança é evidente devido ao número de viaturas blindadas danificadas em Mocímboa da Praia e à utilização frequente de viaturas civis (ou seja, viaturas semicoletivas de passageiros) para o transporte de militares. O lugar onde o exército está estacionado não será poupado do ataque dos insurgentes.

Devido à aparente incapacidade do Estado de fornecer segurança para seu povo e à invasão sistemática de insurgentes em escoltas civis, o Estado é extremamente cético em solicitar apoio estrangeiro, aparentemente por causa da capacidade do Estado como Estado soberano de dissuadir os insurgentes no médio prazo. A análise existente sustenta que a violência perpetrada por forças de segurança e insurgentes é alimentada por queixas no setor populacional responsável, não apenas para expandir a base social para apoiar os movimentos insurgentes, mas também para permitir que os militantes fujam para os países vizinhos e se espalhem.

É importante repensar sua estratégia de apostar em uma única solução: os militares. A continuação da intervenção repressiva das forças de segurança poderá conduzir a uma maior

radicalização e tensão, com o risco de sustentar e agravar a violência. Anistia e incentivos (por meio de programas de treinamento e recertificação socioprofissional) para a rendição dos insurgentes também podem ser uma medida atraente.

O ato terrorista em Cabo Delgado tem causado grande sofrimento à população local e pode inviabilizar projetos econômicos e atrasar o desenvolvimento sustentável em Moçambique. Esse tipo de terrorismo é como um cancro, embora esteja presente numa parte do organismo, se não forem tomadas as medidas adequadas para combater a província de Cabo Delgado, pode espalhar-se por todo o país; de fato, alastrou-se à Região de Mecula da província de Ni Yassa, com consequências imprevisíveis para a soberania nacional.

Os insurgentes exploraram o descontentamento social com a falta de governança inclusiva para recrutar jovens da comunidade para se juntarem a eles. Retornando às suas cidades de origem após treinamento em Cabo Delgado, região dos Grandes Lagos da Tanzânia e Sudão, esses jovens começaram a causar tumultos nos círculos religiosos e depois ataques armados na província de Cabo Delgado. O primeiro ataque desses jovens é um grande sinal de insatisfação nacional.

Por causa dessa urgência humanitária, o país foi forçado a usar tropas estrangeiras para reduzir a onda de violência naquela parte do país. A principal crítica dos analistas políticos é que os habitantes de Cabo Delgado – as principais vítimas do terrorismo e cuja cooperação com os militares é crucial para a vitória – não foram informados sobre o envio de tropas estrangeiras ao seu território. Nem mesmo o Congresso da República, órgão de soberania que representa todos os moçambicanos, foi informado da chegada de militares estrangeiros.

A semelhança óbvia é que todos provocam uma crise humanitária genuína. Assim, acredita-se que a intervenção militar estrangeira no conflito de Cabo Delgado não se dá por razões humanitárias, mas sim por interesses nacionais para proteger os investimentos da “Gás de Afungi”.

REFERÊNCIAS

ACORDO GERAL DE PAZ DE MOÇAMBIQUE. AGP. Roma, 1991-1993. **Política Internacional**, v. 1, n. 6, 1993. Disponível em: https://www.ipris.org/files/6/07_Documento_Acordo_Geral.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022.

AFRICA MONITOR. **Milícias populares armadas em Cabo Delgado provocam crise humanitária**: tendências políticas 2021-2022. Moçambique, 2021.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. AI. **Un escritor libio es detenido tras hacer un llamamiento a la protesta**. Amnesty.org.es., Londres, 08 fev. 2011. Disponível em: <https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/noticias/noticia/articulo/un-escriptor-libio-es-detenido-tras-hacer-un-llamamiento-a-la-protesta/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Informe 2013. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2013.

ANISTIA INTERNACIONAL, 2020/21. **O estado de direitos humanos no mundo**. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/04/anistia-internacional-informe-anual-2020-21_versao-revisada-01.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.

BBCNews-Brasil, 12 nov. 2020 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54906823>. Acesso em: 2 maio 2022.

CABO LIGADO. Cabo Ligado Mensal: Março de 2021. **Observatório Cabo Ligado**, 18 abr. 2021. Disponível em: https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/04/Portuguese_Cabo-Ligado-Monthly-March.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

CASCAIS, A. **Cabo Delgado**: enviar tropas da CPLP para cenários de guerra parece fora de equação. DW, 03 mai. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3sulE>. Acesso em: 23 maio 2022. ulbenkian, 2002. 351p.

CHONGO, D. M. L. **Cabo Delgado**: o “el dourado” ou “epicentro” da instabilidade? Lições e mecanismos de inversão do conflito em Moçambique. Maputo: 2021.

ELBARADEI, M. **A era da mentira**: a verdade escondida sobre os grandes conflitos internacionais. Lisboa: Matéria-prima, 2011.

GOMES, C. M. **Moçambique (1970)**: operação nó górdio. Lisboa: Tribuna, 2002. 96p.

GREENBERG, J. **Al-Qaeda**: uma análise de terrorismo actual. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DE DEFESA. ISDEF. **Desafios do ISEDEF face ao terrorismo em Moçambique**: uma análise a partir da situação de Cabo Delgado. Maputo, 2021.

ISSUFO, N. **Ataques em Cabo Delgado**: soldados ‘fogem com medo’ dos insurgentes. DW África, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ataques-em-cabo-delgadosoldados-fogem-com-medo-dos-insurgentes/a-53050810>, Acesso em: 16 ago. 2020.

ISSUFO, N. Moçambique: **Há receios de militarização excessiva em Cabo Delgado?** DW África, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3qt04>. Acesso em: 23 maio 2022.

JACOBS, D.; ISBELL, T. **Em Moçambique, fortes diferenças regionais marcam o medo da violência extremista e eleitoral**. Afrobarometer Despacho, n. 370, jun. 2020.

LISSARDY, G. **Como saber se o 'Estado Islâmico' está realmente por trás dos atentados que reivindica**. BBC Mundo, 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40986301>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MAQUENZI, Feijó Joao (2019). “Pobreza, desigualdades e conflitos em. Cabo Delgado”. **Observador Rural**, 76, p. 1-35

M'TUMUKE, A. **Abertura do 1º curso de operadores de lanchas rápidas**: formação, a chave do sucesso para profissionalização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique a salvaguarda da longevidade dos meios militares. Pemba, 11 fev. 2016. p. 59-64.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Versão atualizada pela Lei n. 1/2018, de 12 de junho. 2. ed. Maputo: Minerva Press, 2018.

RAMONET, I. **Guerras do século XXI**: novos medos, novas ameaças. Porto: Campo das Letras Editores, 2002.

ROGEIRO, N. **O cabo do medo**: o DAESH em Moçambique (junho 2019-2020). Porto Alegre: Dom Quixote, 2020. 176p.

SANTOS, V. M. **A humanidade e o seu património**: reflexões contextuais sobre a conceptualidade evolutiva e dinâmica evolutiva operatória em teoria das relações internacionais, Lisboa: ISCSP, 2001.

SEABRA, Pedro. O conflito em Cabo Delgado em perspetiva. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35894/1/SEABRAPedro_OconflitoemCaboDelgadoemperspetiva_IDNBrief_Fev_2021.pdf.

TINGA, M. **A engenharia da morte**. eBook Kindle, 2020.

ZECA, J. **Relações internacionais**: natureza, paradigmas e assuntos transversais. Maputo: Plural Editores, 2013.

ZITAMAR NEWS. Fear of recruitment in Cabo Delgado resettlement centres not matched by reality. Disponível em: <https://www.zitamar.com/fear-of-recruitment-in-cabo-delgado-resettlement-centres-not-matched-by-reality/>.